



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

GENILZA CAMELO LIMA

**CONSELHO ESCOLAR: UMA INTERVENÇÃO REALIZADA NA ESCOLA
MUNICIPAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.**

CAMPINA GRANDE-PB

2014

GENILZA CAMELO LIMA

CONSELHO ESCOLAR: UMA INTERVENÇÃO REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Ma. Cleônia Maria Mendes de Sousa

CAMPINA GRANDE - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732c Lima, Genilza Camelo

Conselho escolar [manuscrito] : uma intervenção realizada na escola municipal Ana Azevedo no município de Campina Grande - PB / Genilza Camelo Lima. - 2014.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Cleônia Maria Mendes de Sousa, Departamento de Serviço Social".

1. Política educacional. 2. Conselho escolar. 3. Escola. I.
Título.

21. ed. CDD 379

GENILZA CAMELO LIMA

**CONSELHO ESCOLAR: UMA INTERVENÇÃO REALIZADA NA ESCOLA
MUNICIPAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para a obtenção
do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovado em: 18 / 11 / 2014

Nota: 9,00 (máx)

BANCA EXAMINADORA:

Clônia Maria Mendes de Sousa

Prof^ª Ma. Clônia Maria Mendes de Sousa – DSS/CCSA/UEPB
Orientadora

Alcilene da Costa Andrade

Prof^ª Ma. Alcilene da Costa Andrade – DSS/CCSA/UEPB
Examinadora

Maria Noalda Ramalho

Prof^ª Dr^ª. Maria Noalda Ramalho – DSS/CCSA/UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

RESUMO	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 TRAJÉTORIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS	6
3 CONSELHO ESCOLAR: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	14
4 A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR	19
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO	19
4.2 RELATO DO TRABALHO DESENVOLVIDO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

CONSELHO ESCOLAR: UMA INTERVENÇÃO REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Genilza Camelo Lima

RESUMO

O presente artigo é fruto do estágio supervisionado em Serviço Social realizado na Escola Municipal Ana Azevedo da cidade de Campina Grande-PB. O mesmo teve como objetivo geral desenvolver um trabalho socioeducativo com os pais e alunos da escola acerca do tema Conselho Escolar, visando à participação de todos neste espaço. A partir do conhecimento da instituição foi possível constatar a importância de debater o tema e assim, buscamos organizar um espaço de diálogo e valorização deste saber. O projeto de ação constou da realização de duas oficinas educativas com todos os alunos das oito turmas (manhã e tarde) e uma com os pais ou responsáveis. O projeto propiciou informações e provocou a discussão alusiva ao Conselho Escolar, destacando a contribuição deste para o processo democrático nas escolas e para a organização do ambiente escolar. Para o desenvolvimento deste artigo, primeiramente fizemos um resgate histórico sobre a política educacional no Brasil, destacando os avanços e retrocessos em cada contexto histórico. Em seguida, apresentamos o que diz as leis específicas sobre o Conselho Escolar e a sua aplicabilidade na realidade social. Posteriormente, apresentamos o relato das atividades desenvolvidas na escola Ana Azevedo e por último, as considerações finais.

Palavras-chaves: Política Educacional. Conselho Escolar. Escola.

ABSTRACT

This article is the result of supervised internship in Social Work held in the school hall Ana Azevedo of Campina Grande-PB. The same is aimed to develop a socio-educational work with parents and school students on the theme School Council, seeking the participation of everyone in this room. From the knowledge of the institution was possible to see the importance of discussing the topic, and thus seek to organize a space for dialogue and appreciation of this knowledge. The action project consisted of conducting two educational workshops with all students in eight classes (morning and afternoon) and with parents or guardians. The project provided information and caused the allusive argument to the School Board, highlighting the contribution of this to the democratic process in schools and the organization of the school environment. To develop this paper, first we did a historical survey about educational policy in Brazil, highlighting the advances and setbacks in each historical context. We then present the specific laws that say about the School Board and its applicability in social reality. Subsequently, we present a report of activities in school Ana Azevedo and finally the concluding remarks.

Keywords: Educational Policy. School Council. School.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico trata-se de um relato de experiência desenvolvido com base em um projeto de intervenção referente à temática conselho escolar. O mesmo foi realizado na Escola Municipal Ana Azevedo, a qual compõe a rede de escolas da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB.

A referida Instituição foi o lócus do estágio supervisionado em Serviço Social e encontra-se localizada na Avenida das Nações S/N, Bairro das Nações, na cidade de Campina Grande- PB. Na escola funciona o ensino fundamental para crianças na faixa etária de quatro a onze anos (nos turnos manhã e tarde). No período noturno, o prédio é disponibilizado para o ensino da EJA (Educação de Jovem e Adulto), destinado às pessoas adultas da comunidade. Atualmente são atendidos duzentos e trinta e seis alunos nos três turnos, sendo a maioria destes residentes em bairros circunvizinhos e pertencentes a famílias de baixa renda.

O interesse pelo tema surgiu após o conhecimento adquirido sobre a realidade da instituição, onde foi possível perceber a necessidade de realizar atividades educativas junto aos alunos da escola e seus pais, visando à participação e a reflexão acerca do conselho escolar, uma vez que foi constatado o desconhecimento sobre o mesmo. O referido conselho tem um papel fundamental e pode ser um caminho para a construção de cidadãos críticos e participativos, não apenas na escola, mas na comunidade.

Durante a experiência desenvolvida no campo de estágio, foi organizado um espaço de diálogo e valorização deste saber a partir da socialização da temática em questão. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em seguida, a execução das atividades socioeducativas junto aos alunos e pais dos discentes. O referido projeto de ação teve a duração de quatro meses, de agosto a novembro de 2013 e possibilitou um espaço de participação e de conscientização da importância da função democrática do Conselho onde todos os segmentos são representados.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: No primeiro momento, traçamos a trajetória da política educacional brasileira, desde o período dos jesuítas até os dias de hoje, diante da ofensiva neoliberal que representou um retrocesso nos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

Em seguida, abordamos o conselho escolar enquanto um espaço de participação democrática, fazendo um paralelo entre o que trata a legislação específica, através de

documentos legais disponíveis no site do Ministério da Educação e em textos alusivos à Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB-1996), ao Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) e sua operacionalização na realidade. Logo depois, apresentamos a experiência desenvolvida na Escola Ana Azevedo, onde consta a caracterização da instituição e o relato do trabalho desenvolvido. Por último, apresentamos algumas considerações finais que foram constatadas na fundamentação teórica e no processo de execução do projeto.

2 TRAJETÓRIA DA POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS.

A política educacional no Brasil ao longo dos tempos tem sofrido modificações de acordo com o contexto econômico, social e político vigente. Historicamente a educação esteve diretamente voltada para atender aos interesses da classe dominante e da política econômica correspondente.

Segundo Pinto (1986) a educação escolar no país teve como marco inicial a vinda dos jesuítas durante o período colonial (1815-1822), que aqui implementaram e desenvolveram um sistema educacional com a forte presença da Igreja católica, responsável pela propagação de valores espirituais e morais típicos da civilização ocidental.

No referido período predominava no país o modelo agroexportador, no qual a economia voltava-se exclusivamente para o mercado externo europeu. Este modelo de produção praticado e caracterizado por atividades agrícolas juntamente com a falta de uma política educacional estatal, estabeleciam no país um quadro social que não considerava a escolarização das massas uma problemática, ou seja, uma questão a ser discutida.

Com a independência do Brasil em 1822, a Constituição do império passa a garantir para a população escolas primárias e gratuitas, bem como, a criação de colégios e universidades. No entanto, percebeu-se que,

Nas condições históricas em que se forjou o reconhecimento legal desse direito, o que estava em discussão não era a escolaridade das massas. A reprodução da força de trabalho prescindia desse tipo de

qualificação, bem como da atuação da escola como veículo ideológico para um determinado padrão de sociabilidade. (AZEVEDO, 2000, p.19).

Assim sendo, foi criado um sistema de ensino oriundo da cultura escravocrata e sob a orientação das práticas conservadoras. Conforme Azevedo (2000), este sistema foi dividido em dois, um destinado a atender as elites e outro que abrangia a educação do povo, devendo prepará-los exclusivamente para o trabalho. A educação, ainda, não era tida como uma questão nacional e a iniciativa privada cresceu bastante nesta área. Este quadro manteve-se quase que inalterado até o início do século XX, quando transformações sociais, econômicas e políticas fizeram crescer a demanda por educação e pela ampliação do ensino primário.

Um marco da década de 1920 foi à criação da Associação Brasileira de Educação (ABE, 1924), composta por profissionais da educação e representou um grande passo nas discussões envolvendo os problemas educacionais.

No período entre 1910 a 1920 a educação no país passou a ser vista como uma questão de caráter nacional. No entanto, foi nos anos de 1930 que a regulamentação nacional do setor educacional teve início, em decorrência das transformações ocorridas no Brasil, operadas pelo desenvolvimento industrial e que foram estas responsáveis pela elaboração das normas que ditaram os rumos da organização e do funcionamento do sistema de ensino.

A medida institucional mais marcante neste contexto foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (em 1930) pelo governo de Getúlio Vargas. No ano seguinte (1931), o titular responsável pelas reformas educacionais no Brasil, Francisco Campos, criou o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Consultivo do Ensino Comercial, os Estatutos das universidades e organizou o ensino secundário e comercial.

A chamada Reforma Francisco Campos teve como elementos mais importantes a integração entre escola primária e a secundária e superior, além da elaboração de um estatuto da universidade brasileira. Só então foram fundadas de fato as primeiras universidades brasileiras, fundindo-se para isso instituições isoladas do ensino superior. Foi introduzido o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo. (PINTO, 1986, p. 63).

No entanto, de acordo com Azevedo (2000), foi com as reformas Francisco Campos que se iniciou no país uma série de ações que objetivavam, sobretudo, o fortalecimento de uma estrutura educacional voltada para o ensino técnico-profissional.

No ano de 1932, como fruto da Associação Brasileira de Educação (ABE), surgem os “pioneiros da educação” que tiveram um papel importante na história da educação brasileira, pois foram estes responsáveis por difundir novos valores, ideias e princípios ao sistema educacional, além de transmitir a importância de se buscar o caráter social da educação. Além disso, as suas diretrizes serviram de modelo para a elaboração da Constituição de 1934, que conforme Azevedo (2000, p.31):

A Constituição de 1934 estabeleceu a responsabilidade da União como instância responsável pelo planejamento nacional da educação em todos os níveis e definiu a sua competência na coordenação e fiscalização da execução desse planejamento.

Embora a Constituição de 1934 tenha atribuído ao Estado à responsabilidade obrigatória de ofertar gratuitamente o ensino primário para toda a população, o que se percebeu ao longo dos anos foi a violação deste direito. Além disso, segundo Azevedo (2000) as diretrizes apresentadas no texto da referida constituição não possibilitaram o estabelecimento de um plano nacional da educação, o que acontecerá só mais tarde no ano de 1961 a partir do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A partir de 1934 o Ministério da Educação foi assumido por Gustavo Capanema que introduziu uma série de reformas no setor educacional que rebateram principalmente no ensino superior. Com a Constituição de 1937 foi introduzido no setor educacional o ensino profissionalizante.

No ano de 1942 as “leis Orgânicas do Ensino”, que também foram chamadas de “Reformas Capanema”, empreenderam conforme Saviani (2004), uma série de intervenções em todos os níveis do ensino (industrial, secundário, comercial, normal, primário, agrícola) e foram, ainda, responsáveis pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (1942) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC (1946), que estavam voltados,

(...), para responder prontamente as demandas do ciclo de industrialização experimentado a partir dos anos 40 através de ações encadeadas fora do aparato educacional tradicional do Estado, assumindo diretamente a responsabilidade pela formação de uma parcela da classe trabalhadora e contribuindo para alargar as formas institucionais de educação até então vigentes (ALMEIDA, 2000, p.64).

Neste mesmo período, o ensino primário foi dividido em ensino primário fundamental e ensino primário supletivo, seguindo essa tendência, o ensino médio em

dois ciclos: o ginasial e o colegial. Quanto ao ensino profissionalizante, o mesmo passou a ser constituído pelo industrial, comercial, agrícola e normal. Desse modo, entende-se que,

(...), a regulamentação do ensino ia sendo feita conforme as suas urgências definidas pelos grupos que assumiam o controle político do país. (...). Embora, por esse caminho, praticamente todo o arcabouço da educação tenha sido afetada, prevalecia ainda, o mecanismo de se recorrer a reformas parciais, fazendo falta um plano conjunto que permitisse uma ordenação unificada da educação nacional em seu todo, (...). (SAVIANI, 2004,).

Portanto, percebe-se que as reformas na área da educação eram feitas de acordo com os interesses dos governantes que detinham o poder, assim, cada um focava sua intervenção em um setor educacional que melhor correspondesse à determinada demanda político-econômica daquele período histórico.

Com a nova Constituição de 1946 ficou estabelecida à responsabilidade da União em definir as diretrizes e as bases da educação nacional. Desta forma, no ano de 1961 foi promulgada a LDB, que para Saviani (2004), manteve a estrutura do ensino em vigor inalterada apenas flexibilizando-a, possibilitou que os alunos se transferissem de um ramo a outro do ensino médio e instituiu que o acesso ao ensino superior fosse feito através do exame do vestibular. Além disto, estabeleceu que tanto a esfera pública como a privada poderiam fornecer o ensino em todos os níveis.

O Brasil no ano de 1964 estava atravessando uma crise econômica e política que colocava em questão a exigência pela criação de um novo espaço econômico. A saída tomada para a crise foi um golpe militar que implementou durante os seus vinte e um anos de vigência (1964-1985), um regime burocrático-autoritário responsável por adotar um modelo econômico concentrador de renda com a produção de bens de consumo sofisticados.

Neste período, ampliou-se a abertura da economia para o capital internacional, ocorreu também um acréscimo das importações e das empresas estrangeiras, bem como, um maior investimento em produtos direcionados ao mercado externo. (AZEVEDO, 2000),

Na área educacional, o governo militar apenas ajustou as diretrizes da educação, bem como, a organização do ensino a este novo contexto. Diante deste quadro, nos governos de Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) a política educacional no Brasil foi utilizada como ferramenta de disciplina e de

controle social, como um fator de desenvolvimento. Durante a ditadura, houve um grande crescimento da demanda social por educação, como resposta a necessidade do sistema educacional de se ajustar ao novo modelo econômico e o ensino superior voltou-se para a formação profissional direcionada ao mercado de trabalho e para a comercialização do ensino.

A saída tomada pelo governo militar para acabar com o analfabetismo no país foi a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no ano de 1969 e neste mesmo ano foi criada a Fundação Mobral, que segundo Pinto (1986), tinha como objetivo a alfabetização funcional de jovens e adultos através de uma programação de cursos destinados a alfabetização da população entre 15 e 35 anos.

No período da ditadura militar, o governo vigente ajustou a política educacional ao novo modelo econômico, tendo em vista a qualificação de mão-de-obra para atender as exigências do capital, sem priorizar a qualidade do ensino prestado.

(...), o que se pode observar no decorrer da história da educação Brasileira é que uma “política educacional” realmente se estabeleceu após 1964. Isto porque o Estado assumiu seu papel de condutor dos rumos do sistema educacional, vinculado ou intrinsecamente alinhado a política econômica, conferindo a educação o papel de reprodutora contraditória da estrutura de classes, (...). (PINTO, 1986, p.71).

No início da década de 1980 o ensino primário no país passou a ser prioridade nos financiamentos do Banco Mundial, que além de produzir um diagnóstico sobre a educação no país, elaborou uma série de medidas que as políticas sociais deveriam seguir e pautou a escolha dos municípios que iriam receber os investimentos do Banco sobre critérios demográficos. Nesse mesmo período, o Banco realizou uma intensa reestruturação administrativa com a elaboração de políticas de ajustes econômicos, tendo em vista a implementação no Brasil do projeto global de desenvolvimento.

No ano de 1986 foi realizada a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), reunindo vários órgãos ligados a área, e nesta foi elaborado um manifesto com as principais demandas dos seus participantes. Este documento possibilitou a organização do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa da Escola Pública e de um ensino público e gratuito.

Diante deste quadro foi se ampliando a necessidade de transformar o sistema educacional nacional. Pois com o fim da ditadura militar no ano de 1985 a sociedade civil organizada ocupa as ruas reivindicando mudanças nas diversas áreas, sobretudo em

prol de eleições diretas para a Presidência da República, culminando na elaboração da Constituição Federal de 1988, conhecida também como a “Constituição Cidadã”. Foi a partir deste período que o país vivenciou um processo de mobilização social e foram criados mecanismos legais capazes de imprimir diferentes direcionamentos à educação, como a Constituição Federal de 1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988. Art. 205).

Após a promulgação da Constituição federal, novas leis surgiram para regulamentar o artigo 205 e definir diretrizes para o funcionamento da educação no país, e, conseqüentemente, a criação de espaços de participação da sociedade na vida escolar, onde todos os envolvidos tenham voz.

Todavia, na década de 1990, os direitos assegurados na Carta Magna passam a sofrer ataques no que se refere a sua execução, pois o Brasil faz adesão ao projeto Neoliberal que preconiza o “Estado mínimo para as políticas sociais”, ocasionando várias mudanças nas diversas esferas: econômica, política, social e ideológica que incidiram principalmente no setor social.

Modificações intensas nas relações sociais de produção implicaram desemprego, precarização do trabalho, superexploração dos recursos naturais, aumento da pobreza e violência, pondo em risco a própria existência humana numa clara evidencia do poder hegemônico do capital sobre o trabalho, mediados pelo Estado reformado. (COUTINHO, 2012, p. 147-148).

Neste contexto, a educação concretizou-se como um instrumento a serviço do capital garantindo as condições gerais para a sua produção e reprodução, ganhando espaço no ensino público do país e o financiamento da educação através de fundos financeiros.

Dessa forma, percebe-se que,

(...), a elaboração da política de financiamento, mesmo quando o Estado se diz preocupado em assegurar o direito à educação, longe de está atingir tal objetivo, pois em última instância o financiamento serve para garantir as condições gerais, no âmbito da educação, para a produção e reprodução da ordem do capital. (COUTINHO, 2012, p.153-154).

Esta política de financiamento traz consigo modelos controladores de investimentos, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que serve para medir o desempenho dos alunos e a partir destes dados é definido os municípios que deverão receber os investimentos na educação.

No neoliberalismo o Estado reduz progressivamente a responsabilidade de ofertar a educação e transfere esta responsabilidade para outros setores, com destaque para o setor privado, ou seja, para os próprios indivíduos, para as famílias e empresas, assim a educação vai se transformando em uma mercadoria. (COUTINHO, 2012).

Nesta mesma década, como desdobramentos dos debates iniciados com a promulgação da Constituição de 1988, abriu-se espaço para a elaboração de um projeto para uma nova LDB que só foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, devido à interferência do governo que evitou durante anos que esse projeto se tornasse lei.

Foi durante a V Conferência Brasileira de Educação realizada em 1988 que foi aprovado um documento que possibilitou a elaboração da atual LDB (1996) que apresentava em seu primeiro projeto, entregue ao Congresso e à Comissão da Educação, os principais interesse de vários segmentos da sociedade, todos a favor de uma educação pública de qualidade, democrática e gratuita. No início dos anos 1990, os debates em torno da LDB se intensificam e a composição da comissão responsável por esta foi alterada, mas, contudo a nova LDB só voltou a ser debatida no final de 1992.

No ano seguinte, segundo Fernandes (1998), ignorando todo o projeto antes elaborado e discutido para a formulação da nova LDB, o senador Darcy Ribeiro lança no Senado Federal um projeto de LDB que não contou com a participação dos grupos ligados a educação em sua constituição. Este documento foi aprovado em 1996 com o total apoio do Ministério da Educação e Cultura – MEC e da iniciativa privada. A nova LDB aprovada tenta afastar o Estado de suas responsabilidades para com a educação no país e as transfere para o setor privado.

No novo texto da LDB é assegurada a continuidade da mesma política que vinha sendo feita em relação à educação religiosa e a iniciativa privada continua com os seus direitos sendo garantidos sem nenhuma ressalva. De acordo com Fernandes (1998), na nova LDB compete obrigatoriamente ao Estado assegurar apenas o ensino fundamental, ficando o ensino médio fora desta obrigatoriedade. A União ficou responsável pela coordenação da política de educação e pela articulação dos níveis do sistema, devendo este desempenhar a função normativa e redistributiva.

Na LDB de 1996 os sistemas de ensino devem ser formados por educação básica

(composta pela educação infantil, fundamental e médio) e pela educação superior. Os recursos destinados à área da educação permanecem garantidos de acordo como está estabelecido na Constituição, levando em consideração um cálculo mínimo por aluno. Diante deste contexto trazido pela LDB percebe-se que,

Princípios como, formar para a cidadania, gestão democrática, liberdade e solidariedade perdem todo o sentido se as atitudes continuam autoritárias e déspotas. Viver a democracia não é um processo fácil e tão pouco linear, entretanto, este é um dos valores que não devem ser abandonados jamais pelo ser humano. (FERNANDES, 1998, p. 48).

Desta forma, fica evidente que a educação brasileira ao longo de sua trajetória e até hoje está marcado por uma intensa diferenciação entre a educação que é ofertada para as elites e a educação que é destinada as massas. Esta educação ofertada para a maioria da população vem fornecendo desde o início os conhecimentos e a mão-de-obra que o capital necessita para sua perpetuação, sendo esta também responsável por forjar valores e princípios que servem para legitimar e fortalecer os interesses da classe dominante.

Por isto, é indispensável que os educadores e a sociedade organizada busquem discutir a função social da escola e a importância da presença da família no ambiente escolar, reconhecendo a educação como um direito fundamental na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Para a viabilização e o reconhecimento do direito á educação, a inserção do profissional de Serviço Social neste processo é fundamental, apesar desta inserção ainda ser pequena. Neste campo de atuação, os assistentes sociais têm o desafio de compreender a realidade em sua totalidade, levando em consideração a dinâmica contraditória em que se desenvolveram as particularidades que constituem a política educacional no país, buscando sempre desenvolver sua atuação de acordo com o Projeto Ético Político Profissional.

A presença do Serviço Social nesta área contribuirá para a identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que rebatem diretamente no processo educacional, e esta identificação possibilitará que este profissional faça os devidos encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais, bem como, venha viabilizar a articulação com outras políticas sociais. Contribuindo, também, na criação de um

espaço escolar com mais justiça social e na ampliação da dimensão democrática nos sistemas de ensino.

Assim, demonstra-se a importância do Assistente Social (profissional de Serviço Social) integrar a equipe de ensino da área de educação, pois poderemos contribuir com a melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar. (CFESS, 2001,p.12).

Na perspectiva da dimensão democrática no Brasil, o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (2001) tem percebido, apesar de toda a conjuntura, um avanço quanto à importância de se promover diferentes formas de participação da comunidade na organização e funcionamento das escolas. Este processo de constituição destes espaços de democracia tem se constituído como importantes áreas de intervenção dos assistentes sociais na esfera educacional.

Nesta conjuntura, se tem verificado a construção e funcionamento de instâncias representativas onde todos têm vez e voz durante as discussões que envolvem os mais variados segmentos que compõem a comunidade escolar, como por exemplo, a criação dos Conselhos Escolares que têm colaborado para que a gestão escolar se dê de forma participativa e democrática, cuja temática será debatida no item a seguir.

3 CONSELHO ESCOLAR: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

As últimas décadas do século XX foram marcadas por lutas dos movimentos sociais em prol da democratização das relações entre estado e sociedade civil organizada e pela ampliação dos direitos sociais.

No campo da educação conquistamos um arcabouço jurídico-legal que favoreceu o surgimento de novos arranjos institucionais, a exemplo dos conselhos escolares, que segundo Gohn (2001) representam a maior inovação na educação nos últimos anos.

Dentre os vários instrumentos legais direcionados para o funcionamento dos mecanismos de participação política no contexto escolar, podemos citar a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206 que estabelece em um dos seus princípios, “a gestão

democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, inciso VIII); e a LDB, nº 9.394, de 1996, que reforça este princípio quando coloca no art. 14, inciso II que

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme o princípio da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p.7).

Tais referenciais dão suporte ao sistema educacional brasileiro em suas diversas esferas: municipal, estadual e federal, além de apontar para as tendências de municipalização e descentralização do processo educacional, oferecendo relativa autonomia às escolas, principalmente para elaborar e implementar seu projeto político pedagógico com a participação do conselho escolar.

Portanto, os conselhos escolares têm um importante papel na construção de uma escola pública democrática, sendo um espaço composto por representantes da comunidade escolar – pais/mães, alunos, professores e funcionários- a quem compete discutir, sugerir e acompanhar aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola. Neste sentido,

Estas instâncias representativas trabalham necessariamente com a articulação entre escola e comunidade. São instâncias que exige diferentes formas de participação da comunidade, da família em contextos que são efetivamente de organização e deliberação vinculadas as diretrizes educacionais, em âmbito dos sistemas de ensino. (CFESS, 2001, p.12).

Segundo Werle (2003), implementar e dinamizar o conselho escolar denota a adoção de uma nova maneira de gestão e organização das escolas e isto permite a inclusão de alternativas de controle social na gestão escolar, sendo este um mecanismo que exerce funções de interesse coletivo.

Nesta perspectiva, os conselhos escolares constituem mecanismos de participação da comunidade escolar com potencialidades para o avigoreamento de uma escola democrática e o fortalecimento do processo de construção do exercício da cidadania e participação coletiva nas decisões da gestão escolar.

Mesmo considerando que cada conselho escolar tem autonomia para elaborar suas atribuições específicas no âmbito de cada unidade de ensino e de acordo com suas particularidades, estes devem observar quais são suas funções conforme as áreas de

abrangências comuns a todos estes colegiados. Neste sentido, o manual elaborado pela Secretaria de Educação Básica Nacional (2011) define que cabe aos conselhos escolares desempenharem as seguintes funções:

a) Deliberativas: quando decidem sobre o Projeto Político-Pedagógico e outros, assim referentes a escola; aprovam encaminhamentos; garantem a elaboração de normas internas e seu cumprimento; decidem sobre a organização e o funcionamento geral da escola.

b) Consultivas: analisar as questões e encaminhar pelos diversos segmentos da escola e, assim, apresentando sugestões e soluções.

c) Fiscais: acompanhar e avaliar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

d) Mobilizadoras: quando promovem a participação de maneira integrada dos segmentos representativos da escola, da comunidade local em diversas ações, propiciando dessa forma, a democracia participativa e a melhoria da qualidade da educação.

Espera-se que esses colegiados busquem, no exercício de suas competências, propiciarem uma análise crítica da realidade escolar, identificando as contradições da educação na sociedade capitalista, exigindo do Estado o cumprimento do seu papel na provisão das políticas públicas, em particular da educação para todos com qualidade, evitando que esta responsabilidade se transfira para a sociedade civil como apregoa a doutrina neoliberal. Enquanto instâncias de instauração de uma gestão democrática, os conselhos escolares, através da democracia representativa, devem envolver a comunidade e estimulá-la a acompanhar os estudos dos seus filhos e o que está acontecendo na escola e, assim, promovendo a participação das famílias na educação formal dos estudantes.

Esta participação está pautada, não apenas, no acesso da população aos serviços públicos, mas essencialmente na tomada de decisões, indo muito mais além do acompanhamento de boletins e de conversas com professores, promovendo o envolvimento direto dos pais no dia a dia da escola, acompanhando às questões de natureza técnico-administrativas, as condições de trabalho dos professores e funcionários, a proposta pedagógica desenvolvida e os resultados deste processo pedagógico. Noutras palavras,

A relevância do Conselho Escolar diz respeito á administração da escola, numa perspectiva participativa e viabilizadora da formação

democrática. Os conselhos escolares devem ser um espaço de formação pluralista, criativa, em que todos concorram alunos, professores e pais para as decisões referentes á organização escolar. (WERLE, 2003, p. 133).

Uma das experiências de gestão colegiada que vem fazendo a diferença em várias escolas diz respeito à elaboração do Projeto Político Pedagógico. Neste processo, cabe ao Conselho Escolar discutir e tomar decisões comprometidas com a coletividade, definir prioridades, organizar o currículo escolar, bem como, a criação de um cotidiano de reuniões e reflexões que avaliem o andamento escolar. Seguindo esta perspectiva, o Conselho Escolar contribuirá para a criação de novas vivências democráticas no cotidiano escolar, estabelecendo novas relações de poder através do compartilhamento de responsabilidades e de tomada de decisões coletivas, buscando-se superar o centralismo decisório de gestores autoritários que agem e decidem como se a escola fosse um espaço privado, através de relações de poder onde o diretor manda e todos obedecem.

Os Conselhos Escolares, se não podem tudo, devem representar os interesses da comunidade escolar no enfrentamento dos desafios, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, apontando para uma mudança de paradigma, passando da gestão centralizadora, verticalizada e burocrática para uma gestão democrática da escola, onde a participação e o envolvimento da comunidade é um importante meio de assegurá-la. Nesta perspectiva, acredita-se que,

Tudo o que se puder fazer no sentido de convocar aqueles que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também e tudo o que puder se fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE, 1999, p. 42).

Em que pese às conquistas trazidas pela LDB de 1996, ainda se convive no cotidiano das escolas com valores e princípios autoritários e conservadores que fizeram parte da construção do sistema educacional do país desde o início até os dias atuais.

Desta forma, deve-se atentar para uma educação que promova a superação destes valores e princípios conservadores, que vá além da mera transmissão de conhecimentos de forma mecânica e se buscar um sistema de ensino comprometido em despertar em seus alunos uma consciência crítica que permita a estes compreender a realidade em sua totalidade e lutarem pela efetivação e ampliação de seus direitos.

A construção de uma escola crítica e participativa demanda uma atuação

qualificada dos conselhos escolares. Não basta eleger os conselheiros, é preciso capacitá-los para o exercício de suas funções, para o desempenho consciente e comprometido dos seus papéis. Em se tratando dessa questão há um Programa Nacional vinculado ao Ministério da Educação, desde 2004, que objetiva contribuir com a formação do conselheiro escolar, ampliando seus conhecimentos com vistas a qualificar a sua atuação e contribuir com sua participação na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. A referida proposta reforça que,

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolares e local, que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. (BRASIL, 2004, p. 34).

Portanto, o Conselho Escolar é uma instância onde escola e comunidade caminham juntas, é um espaço de participação, de discussões, de negociação, de decisão, de encaminhamento de demandas que possibilita uma gestão democrática (Brasil, 2004).

Os conselhos são de grande importância para a efetivação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) que tragam consigo uma perspectiva realmente democrática, ou seja, que permita o desenvolvimento de uma sociedade que participa e exerce o controle social democrático na perspectiva da cidadania.

Dessa forma, as escolas precisam dá o primeiro passo, caminhando no sentido da formação de cidadãos democráticos, embora sejam muitas as dificuldades postas por governantes que não estão comprometidos com a formação de sujeitos críticos, com uma educação para a cidadania, pois o que estes prezam é uma educação voltada para o capital, para a formação de sujeitos acríticos, individualistas e competitivos, ou seja, uma sociedade que vá de acordo com os interesses do capital e que nega aos trabalhadores os direitos que são básicos para a sua sobrevivência.

Na sociedade brasileira, o conservadorismo e o autoritarismo político do neoliberalismo insurge-se contra essa jovem “consciência do direito a ter direitos”, (...), pondo sob o crivo do desmonte das políticas públicas e os espaços políticos da sua concepção, eles também representam as diferentes conquistas históricas dos segmentos trabalhadores. (BIDARRA, 2006 p.55; 56).

Para que se construa uma sociedade justa e igualitária, as escolas como um todo, junto aos seus conselhos escolares se colocam como importante instrumento para a formação de cidadãos críticos, comprometidos com a coletividade.

Se por um lado, os conselhos escolares incorporam este potencial de mudança de paradigma de gestão, por outro, em algumas escolas o conselho escolar apresenta-se, ainda, como um componente burocrático para preencher exigências legais de repasse de verbas, tais como, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), etc. e como forma de desviar dinheiro público que é direcionado a escola. Este quadro faz com que a população não atribua à devida importância que ele tem, desacreditando e desconhecendo a sua real função, e isto acaba por provocar o esvaziamento destes espaços de reivindicação e de construção coletiva. Ou seja:

O esvaziamento e a conseqüente anulação da presença dos Conselhos no circuito decisório têm sido a mais forte estratégia usada por representantes de blocos de poder e forças de caráter antidemocrático para resistir à partilha do poder e à promoção de alterações mais profundas na direção dada aos recursos públicos no sentido de efetivar políticas que garantam o acesso da maioria da população a bens e serviços capazes de assegurar a efetividade de seus direitos. (FERRAZ, 2006, p. 68).

Desta forma, é importante enfatizar a importância dos conselhos como instâncias colegiadas decisivas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, para o melhoramento das decisões administrativas e financeiras, sendo este um importante meio de interação entre escola e comunidade, onde a participação de todos é fundamental.

Considerando o exposto, apresentamos a seguir o relato de uma experiência de intervenção do Serviço Social, cujo objeto foi o conselho escolar da Escola Municipal Ana Azevedo.

4 A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

A Escola Municipal Ana Azevedo localiza-se na Avenida da Nação, S/N, no bairro das Nações, cidade de Campina Grande-PB. A mesma foi fundada no ano de 1949, na administração do então prefeito Elpídio de Almeida. O nome da escola foi uma

homenagem à família Azevedo que doou o terreno para a construção. Na instituição funciona durante o dia o ensino infantil e fundamental, no turno da noite possui uma turma do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A sua estrutura física é composta de cinco salas de aula em funcionamento, uma sala de informática que atualmente está desativada, uma sala da diretoria, uma secretaria que também funciona como sala dos professores, quatro banheiros, uma área livre, uma área coberta (onde são feitos os eventos da escola), uma cantina, dois depósitos, uma sala utilizada para atendimento do AEE (Atendimento Educacional Especializado) onde funciona também a biblioteca, a sala de vídeos/jogos e, por algumas vezes, também, é o local onde a assistente social realiza atendimentos.

Em sua estrutura organizacional a escola conta com uma assistente social, um orientador, um supervisor, uma diretora, dois vigias, cinco auxiliares de limpeza que também são responsáveis por fazer merenda e treze professores nos três turnos. A escola possui atualmente 238 alunos nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo a grande maioria de bairros circunvizinhos e são oriundos de famílias com baixa renda.

A instituição realiza uma vez por bimestre um plantão pedagógico e faz também festas nas datas comemorativas do ano. No que diz respeito aos recursos institucionais, a escola presta AEE para as crianças com dificuldades de aprendizagem, desenvolve jogos educativos, exposições de vídeos, além de serem realizadas todas sexta-feiras aulas de capoeira para os alunos.

Os materiais utilizados pela escola são comprados com recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que é repassado ao Conselho de Administração Escolar e este, por sua vez, convoca uma reunião junto ao Conselho Escolar para decidir como estas verbas serão gastas. As verbas vêm do PDDE diretamente do MEC e a verba para compra da merenda é fornecida pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e estas são verbas federais. Os materiais não são fornecidos para cada aluno, pois os mesmos são distribuídos para os professores que ficam responsáveis por repassá-los aos alunos e depois recolhê-los e guardá-los para serem usados em outra atividade. Portanto, os materiais disponibilizados são de uso coletivo e a maioria dos alunos compra o seu próprio material.

A partir da nossa observação, enquanto estagiária de Serviço Social, constatamos alguns limites, tais como: falta de um auditório para a realização dos eventos; bem como de novas salas; ampliação da quadra esportiva; a construção de uma sala só para a leitura e exposição de vídeos; uma sala para o atendimento da assistente

social que não possui um local fixo; ampliação do corpo técnico pedagógico; e a abertura da sala de informática que se encontra atualmente desativada.

A assistente social tem o seu trabalho reconhecido pelos pais e demais profissionais da equipe multiprofissional. A mesma utiliza os seguintes instrumentos e técnicas: realização de visitas sociais às famílias dos alunos, sistematização de relatórios, encaminhamentos de alunos a outros serviços da comunidade, atendimentos individuais, parecer social e oficinas educativas que debatem temas relevantes, em especial sobre os direitos dos cidadãos.

4.2 RELATO DO TRABALHO DESENVOLVIDO

A inserção dos estagiários do curso de Serviço Social na escola municipal Ana Azevedo ocorreu no dia vinte e nove de maio de dois mil e treze. O grupo de estagiários era composto por quatro estudantes.

Nas primeiras semanas do estágio conhecemos a estrutura física da escola, como também a equipe de funcionários e os alunos. Através da observação participante, pudemos vivenciar a dinâmica de trabalho da equipe multiprofissional. Ainda neste período, a assistente social nos repassou como desenvolve o trabalho na instituição e os instrumentos e técnicas mais utilizadas, tais como: visitas sociais, relatórios, encaminhamentos, ações educativas, atendimentos individuais, parecer social, etc.

Depois de dois meses já inseridos no campo de estágio foi possível ter um conhecimento mais aprofundado da realidade da instituição e foi a partir deste conhecimento adquirido junto a assistente social da escola que nos foi colocado como uma demanda para os estagiários de serviço social abordar a temática do conselho escolar, tendo como público-alvo os pais e alunos da escola Ana Azevedo, uma vez que a instituição possui um conselho escolar instalado, mas muitos não sabem nem do que se trata e quão grande é a sua importância.

O referido objeto de ação teve como finalidade formar e organizar um espaço de diálogo, bem como de valorização, resgate e divulgação deste saber a partir da socialização do tema conselho escolar. Possibilitando assim, que o referido público alvo pudesse saber qual o papel do conselho escolar na instituição, ao mesmo tempo em que era estimulada a participação destes nos assuntos relacionados à instituição.

Neste sentido, o projeto de intervenção constou inicialmente de uma pesquisa bibliográfica nos artigos e livros que contemplavam o objeto de estudo e serviu também de aporte teórico para a elaboração do material educativo utilizado na fase de execução do trabalho, a exemplo do instrumento de sondagem, o qual constou de três questões, a saber: O que você sabe sobre o conselho escolar? Em sua opinião o que é preciso para fazer parte do conselho escolar? Na escola existe conselho escolar e quem faz parte dele?

O projeto constou de duas oficinas educativas com todos os alunos das oito turmas (manhã e tarde) e uma com os pais ou responsáveis.

Na primeira oficina com os alunos, foi aplicado o instrumento de sondagem pela assistente social da escola e os quatro estagiários de Serviço Social em todas as turmas do pré-I ao quinto ano, nos dois turnos (manhã e tarde). Ao entrarmos em cada sala para a aplicação das questões, colocávamos para os alunos que esta seria uma atividade bem dinâmica que só viria a contribuir, ainda mais, com a sua formação escolar e que os mesmos ficassem despreocupados para respondê-las, expressando o que eles realmente sabiam.

A dinâmica para realização dessa atividade se deu da seguinte maneira, se fosse uma sala mais numerosa, dividíamos a turma em grupos de três ou quatro alunos e cada um do grupo escrevia, dava a sua opinião acerca do tema. Nas salas com poucos alunos o questionário era aplicado individualmente e os alunos que tinham dificuldade ou que não sabiam escrever diziam as respostas das questões e transcrevíamos para o painel onde eram agrupados os resultados. Na medida em que todos terminavam de responder, recolhíamos o material para realizarmos a leitura e análise das respostas.

Com base nos resultados obtidos por meio da análise das respostas dos questionários e das observações feitas nas turmas durante este primeiro momento, foi elaborado um material educativo em forma de cartazes, os quais continham as mesmas perguntas feitas nos questionários com as suas devidas descrições, de forma clara e simples para que todos os que lessem pudessem compreender. O referido material era exposto na entrada da escola, em um local de fácil acesso a leitura.

Para uma melhor compreensão do tema, elaboramos slides que continham várias figuras ilustrativas que destacavam a participação de todos na escola e como também foi feita a parte escrita com uma linguagem de fácil compreensão que trazia também, assim como os cartazes, as mesmas questões colocadas no questionário com as suas respectivas respostas. Também incluímos outras questões de relevância, tais como:

quais são os membros do conselho escolar da Escola Ana Azevedo e qual o papel de cada um deles dentro do conselho. Após a sua conclusão, estes slides foram utilizados nas intervenções feitas quando retornamos para as salas de aula novamente para darmos continuidade às oficinas sobre o conselho escolar.

No primeiro momento, perguntávamos para os alunos se eles sabiam o que era uma oficina temática e em seguida explicávamos o que significava e qual era o tema da nossa oficina, que era conselho escolar. Em seguida, era feita a socialização das respostas do questionário aplicado anteriormente acerca do assunto.

Após este momento de socialização das repostas com a utilização dos slides elaborados anteriormente e através da fala da assistente social da escola juntamente com os estagiários, socializamos com os alunos os conhecimentos e saberes acerca do tema conselho escolar, buscando responder de forma que todos compreendessem do que se tratava, qual a sua importância; o seu papel na escola; quem são os membros do conselho escolar da instituição e qual o papel de cada um deles. Foi colocado, inclusive, que tanto os pais, como os funcionários e os alunos possuem seus representantes nas reuniões do conselho e que estes são responsáveis por levar para as reuniões as reivindicações e as sugestões colocadas pela comunidade escolar.

Dessa forma, buscamos fazer com que todos soubessem que podiam contribuir para o melhoramento e o crescimento da escola em que estudam possibilitando, também, que os mesmos compreendam como é a atuação do conselho dentro da escola Ana Azevedo para, assim, construirmos o saber acerca do tema juntamente com os alunos. Ainda durante as oficinas, buscamos estimular a participação dos mesmos fazendo perguntas relacionadas ao tema deixando que eles colocassem o seu ponto de vista, o que eles achavam que era o Conselho Escolar.

Após apresentação dos slides, encerramos as oficinas com uma mensagem relacionada à temática e em seguida, um momento dedicado para que os alunos, falassem sobre o que tinham apreendido. Ou seja, o que ficou para eles de mais importante, se eles sabiam agora o que era o conselho escolar e a importância do mesmo para a escola como um todo. Após este momento muito importante, agradecemos a participação de todos.

Após as atividades com os alunos foi realizada no dia 08/11/2013 uma oficina com as famílias da escola acerca do conselho escolar, a mesma contou com a condução de uma professora do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, especialista na área de educação.

Inicialmente, ocorreu a preparação da sala para a realização da oficina e os pais foram recebidos com a apresentação de slides contendo fotos dos mesmos na festa do dia das mães.

Logo após, a assistente social da escola deu as boas vindas a todos os presentes e informou que o tema do encontro a ser debatido era o conselho escolar. A coordenadora da instituição passou uma música e uma das professoras leu uma mensagem motivacional para os pais. A assistente social deu continuidade a sua fala explicando qual a função do conselho escolar dentro da instituição e que os recursos da escola vêm do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) no valor aproximado de R\$ 61.000,00, e esta quantia é dividida entre a Escola Ana Azevedo e a Escola Sérgio Almeida. A mesma enfatizou ainda que este recurso é público, pois é oriundo dos impostos que pagamos e revertido para a compra da merenda e de materiais necessários a escola.

Posteriormente, a convidada responsável por realizar a oficina deu início a sua fala agradecendo ao convite e saudando a todos os que estavam presentes. A mesma colocou que o seu objetivo era favorecer o debate e o conhecimento sobre o tema. Através de ilustrações para instigar a participação de todos, informou que o Conselho Escolar foi regulamentado em Campina Grande no ano de 1997 e dando sequência a sua fala, perguntou aos pais se eles sabiam o que era conselho escolar e para auxiliar na questão ela mostrou figuras relacionadas ao assunto que facilitou a compreensão de todos.

A partir dos slides apresentados, os pais se colocaram dizendo que as figuras representavam a família participando da escola e também um grupo de pessoas que discutem problemas relacionados à escola.

Durante a sua fala, a professora colocou que as imagens têm tudo haver com o conselho escolar e com a participação da família na escola, pois em muitas instituições de ensino os conselhos não funcionam corretamente, distorcendo o verdadeiro sentido do mesmo que é representar a comunidade escolar como um todo, por isto o conselho escolar é uma gestão compartilhada, onde todos devem participar e dá a sua opinião sobre determinadas questões, sendo de grande importância a representação dos alunos e dos pais para levar sugestões até as reuniões, pois, ao contrário disto, em algumas instituições esta gestão é centralizada, não permitindo a participação de todos e as decisões são tomadas apenas pelo gestor da escola.

A ministrante colocou, ainda, que os conselhos escolares de Campina Grande-

PB são da década de noventa e que no início as famílias não tinham uma participação ativa no cotidiano da escola e só chegavam aos pais reclamações. Atualmente a luta da maioria das instituições é por desconstruir este pensamento e promover a construção de uma escola democrática e para isto a professora propôs que os pais procurassem conhecer o estatuto do conselho escolar para juntos construir uma gestão democrática.

A professora destacou que são três as áreas de atuação do conselho escolar: pedagógica que propõe acompanhar o rendimento dos alunos e juntos buscarem soluções para o melhoramento dos mesmos, administrativa e financeira.

A discussão foi bem participativa e uma mãe colocou como sugestão que tivesse aulas de reforço para os alunos com dificuldades de aprendizado, foi sugerida a mesma que esta questão poderia ser levada até o conselho escolar para ser avaliada a sua necessidade e as prioridades existentes.

Nos momentos finais de sua fala a professora enfatizou que é preciso a participação e o engajamento de todos nas ações da escola que visem à coletividade, pois só assim, é possível a construção desse espaço democrático. Porém, são vários os desafios a serem superados, mas várias conquistas também já foram trazidas pelo Conselho, pois com a participação da comunidade e de todos os pais é possível trazer melhorias para a escola, introduzindo mudanças importantes, porque sozinhos não se consegue e quando as pessoas se unem com objetivos semelhantes podem alcançar melhores respostas, pois sem dúvidas a escola é de todos.

Ao final, a gestora em exercício agradeceu a participação e a atenção de todos, bem como, a contribuição da representante do Departamento de Serviço Social que propiciou o debate e a socialização acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a política educacional brasileira, desde a época dos jesuítas, onde se instalou (na área educacional) um sistema reprodutivista e dependente, caracterizado pela forte presença da Igreja católica, até a década de 1990, com a adesão do país ao projeto neoliberal que representou grandes perdas na área social, sobretudo nos direitos alcançados pela constituição de 1988, foi marcada por avanços e retrocessos, uma vez que as mudanças operadas em tal área eram feitas de acordo com

os interesses das classes dominantes e das demandas referentes ao setor político-econômico.

O atual sistema de educação que vem se desenvolvendo no país é marcado pela flexibilização, pela redução progressiva do Estado em ofertar a educação, transferindo para outros setores, sobretudo o setor privado esta responsabilidade, além da forte diferenciação entre a educação que é designada as elites e para as classes populares. Todavia, devem ser registrados alguns avanços nesta área, principalmente com a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, que estabeleceram ferramentas legais direcionadas ao funcionamento dos mecanismos de participação política no contexto escolar, a exemplo do Conselho Escolar que possui um importante papel na construção de uma escola pública democrática.

Nesta perspectiva, executamos um projeto de intervenção na Escola Municipal Ana Azevedo acerca do tema conselho escolar tendo como público-alvo os pais e alunos. O referido projeto organizou um espaço de diálogo e valorização deste saber a partir da socialização do assunto em questão, o projeto contribuiu para a divulgação acerca do papel deste órgão na instituição, ao mesmo passo em que destacamos a importância da participação de todos nos assuntos relacionados ao ambiente escolar.

Durante a execução do mesmo, percebemos que apesar do desconhecimento sobre a temática, os alunos se mostraram interessados em debater o assunto, participando ativamente das oficinas e das discussões em sala, as quais foram proveitosas e contribuíram para formação dos mesmos. Após a realização destas atividades com os alunos foi realizada uma oficina com os pais, contando com a condução de uma professora do curso de Serviço Social da UEPB, especialista na área de educação.

A mesma reuniu vários familiares dos alunos, que participaram dos debates fazendo algumas críticas e sugestões, tornando a ação ainda mais importante para a comunidade escolar contribuindo para a ampliação e melhoramento deste espaço de participação democrática.

Desta forma, foi de grande relevância a divulgação e o resgate da importância dos conselhos escolares. Porém, ainda há um longo caminho na consolidação e ampliação de espaços públicos comprometidos com o processo de construção democrática, uma vez que o capital ataca a todo tempo qualquer tipo de experiência que possa ocupar espaços importantes nos circuitos decisórios, procurando sempre resistir a qualquer mudança no modelo de relação entre estado e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Lins de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor Educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-40.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação pública e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2000. 64 p.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. Belo Horizonte, 2003. 21 p. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/textos/>. Acesso em: 02 out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao.htm>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de Dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Departamento de articulação e desenvolvimento do sistema de ensino. Esplanada dos ministérios. Bloco L, Sala 56, Edifício sede. Brasília-DF. Novembro - 2004.

BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88. Cortez, nov. 2006. P. 55-56.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação sob a lógica do mercado: políticas de financiamento parcerias com o setor privado. In: **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 147-165.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política da educação**. Brasília, Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. **Serviço social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, DF, 2001.

Conselhos Escolares – Educar para Crescer. Disponível em: <educarparacrescer.abril.com.br/...escolar/democracia-gestao-escolar-490...06/08/2009>. Acesso em: 09 out. 2014.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidência do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 24, n.1, jan./jun.1998. p. 15-16.

FERNANDES, Ângela Viana Machado. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: entre o texto e o contexto. In: **Cadernos de Serviço Social**. Campinas, ano VIII, n. 12, p. 39-48, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 42 p.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenários de participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88. Cortez, nov. 2006. p. 59-73.

GENTILI, Pablo A. A. A complexidade do óbvio: Os significados da privatização no campo educacional. In: **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 72-87.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. Coleção questões da nossa época; v.84. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 35-36.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Demival. A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001). In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sessão de Comunicação Coordenada: “O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)”. Curitiba, nov. 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 66, 133.